
TRADIÇÃO E INOVAÇÃO EM “O DIALETO CAIPIRA”, DE AMADEU AMARAL¹

Thiago Zilio-Passerini²

Doutorando em Língua Portuguesa – PUC-SP

RESUMO

A publicação de “O Dialeto Caipira” representa o início de uma nova fase nos estudos linguísticos do Brasil, até então marcadamente filológicos. A partir de 1920, passaram a surgir pesquisas de viés dialetológico, legatárias, em grande medida, do trabalho de Amadeu Amaral. Por essa razão, o presente artigo tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre os traços tradicionais e inovadores da obra. Para tanto, partiu-se dos princípios da Historiografia Linguística, sobretudo dos postulados de Koerner (2014 [1994; 1995]), Swiggers (2009; 2010) e Palma (2013). Como referencial teórico, no que concerne à meta e à epi-historiografia, tomaram-se por base os estudos de Duarte (1976), Pinto (1978;1981), Fávero e Molina (2006) e Castilho (2020). A análise concentrou-se especificamente na estrutura da obra, bem como na sua introdução. Os resultados apontam que, apesar de haver traços tradicionais, os traços inovadores predominam em “O Dialeto Caipira”, tornando-o pioneiro nos estudos até então empreendidos.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Amadeu Amaral. O Dialeto Caipira.

Considerações Iniciais

O entresséculos³ XIX-XX foi de grandes transformações no Brasil. Do ponto de vista político e social, assistiu-se ao advento da república, e os ideais nacionalistas tomaram forma e força, sobretudo em meados do Oitocentos. Nesse período, a busca por uma identidade brasileira motivou as pesquisas folclóricas, principalmente sob a chancela de Silvio Romero. No âmbito linguístico, o debate acerca da língua falada no Brasil tornou-se mais acirrado, e as opiniões sobre a existência de um “dialeto” brasileiro dividiram-se. O início do século XX marcou o início de uma fase de estudos de viés dialetológico, legatários, em grande medida, do trabalho dos folcloristas, que colhiam todo tipo de material linguístico em suas incursões pelo país.

A nova etapa de pesquisas mais sistemáticas sobre o português brasileiro e suas variantes iniciou-se justamente com a publicação de “O Dialeto Caipira”, de Amadeu Amaral,

¹ Este artigo resultou da pesquisa empreendida pelo autor por ocasião do centenário da publicação da obra, relançada em 2020 pela Editora Parábola, em edição comemorativa.

² Endereço eletrônico: thizilio@yahoo.com

³Com relação a essa nomenclatura, apurou-se também a existência de “entresséculo”. Entretanto, a forma mais comum encontrada foi a utilizada neste trabalho.

em 1920. Depois dele, outros autores também desenvolveram trabalhos com foco nos diferentes falares nacionais. Por essa razão, a obra apresenta traços inovadores, que a fazem ser considerada pioneira. No entanto, é igualmente possível observar traços de continuidade no pensamento vigente no contexto de sua produção, tanto do ponto de vista linguístico quanto do ponto de vista social.

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar uma reflexão acerca dos aspectos tradicionais e inovadores de “O Dialeto Caipira”. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar a metodologia historiográfica utilizada no trabalho; reconstruir o perfil biográfico de Amadeu Amaral, levando em conta o contexto de produção de sua obra; traçar o percurso do autor até a publicação da obra, em 1920; analisar os traços tradicionais e inovadores do trabalho de Amadeu Amaral, considerando as ideias linguísticas em voga no entresséculos XIX-XX (aqui delimitado entre os anos 1881⁴-1920)

Os princípios metodológicos correspondem aos da Historiografia Linguística, mais especificamente aos postulados de Koerner (2014 [1994;1995]), Swiggers (2009;2010) e Palma (2013). Nesse sentido, buscou-se realizar um percurso que passasse da fase heurística à fase hermenêutica (SWIGGERS, 2009;2010), considerando os princípios da contextualização, da imanência e da adequação (KOERNER, 2014 [1995]). Assim, pode-se chegar à compreensão da fonte documental em sua completude, ressignificando-a no tempo em que foi produzida.

Sobre o referencial teórico, no que concerne à meta e à epi-historiografia, partimos dos estudos de Duarte (1976), Pinto (1978;1981), Fávero e Molina (2006) e Castilho (2020). Esses autores serão referenciados ao longo da reconstrução promovida no presente estudo, que, além das considerações iniciais e finais, conta com mais cinco sessões, visando à consecução dos objetivos propostos.

A Historiografia Linguística: breves considerações

Segundo Koerner (2014 [1994], pp.22-23), a partir da década de 1970, os estudiosos da linguagem perceberam a necessidade de se estabelecer um novo tipo de escrita da história da linguística, configurada não como um conjunto de fatos cronologicamente ordenados, mas com “[...] função comparável à da história da ciência para o cientista das ciências naturais” (KOERNER, 2014 [1994], p.23). Diante disso, diversos pesquisadores passaram a se debruçar

⁴ As datas de delimitação correspondem a dois importantes marcos dos estudos linguísticos no Brasil, a saber: a publicação da Gramática de Júlio Ribeiro e a publicação de O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral.

sobre a questão e, nos anos subsequentes, as ideias foram amadurecendo, até que se estabeleceram os postulados da Historiografia Linguística, tal como é concebida atualmente:

A Historiografia Linguística caracteriza-se como uma disciplina que se debruça sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, mostrando suas contribuições no passado e sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e a explicá-lo (PALMA, 2013, p.235).

Apesar da solidez da definição, é importante ressaltar que, por se tratar de uma disciplina recente no âmbito dos estudos da linguagem, o debate sobre a (s) forma (s) de se proceder à historiografia linguística ainda é candente. Além disso, são correntes – uma vez que necessárias – as discussões de caráter meta-historiográfico, ou seja, que se ocupam da teorização da disciplina, seja para asseverar a sua identidade, seja para diferenciá-la de outras vertentes que, no Brasil, com ela concorrem na seara dos estudos históricos sobre a linguagem.

De todo modo, embora não haja definição rígida tampouco consenso acerca do método historiográfico, podemos estabelecer, sumariamente, duas principais propostas, apresentadas por Konrad Koerner (2014[1995]), aqui já citado, e por Pierre Swiggers. De acordo com o primeiro teórico, a operação historiográfica deve se pautar por três princípios básicos: o de contextualização, o de imanência e o de adequação. Já para Swiggers (2012), o trabalho do historiógrafo da linguística deve partir de uma fase heurística e chegar a uma fase hermenêutica, na qual se estabelece o discurso historiográfico propriamente dito.

Segundo Koerner (2014 [1995]), na contextualização, o historiógrafo deve se ocupar do levantamento do “clima de opinião” da época selecionada para estudo, a fim de verificar a sua relação com o objeto linguístico escolhido. Na imanência, procede-se à análise documental sob as mais distintas óticas, considerando-se as teorias vigentes à época, sempre com o cuidado de evitar aproximações que podem se tornar anacrônicas. Na adequação, o pesquisador pode fazer aproximações entre as concepções identificadas nas fontes utilizadas e as concepções vigentes no momento em que se empreende o trabalho historiográfico.

Conforme Swiggers (2009), o *continuum* estabelecido entre as fases heurística e hermenêutica deve perpassar outros pontos, que possibilitam a elaboração historiográfica propriamente dita. Em suas palavras, ela “[...] abarca uma prosopografia de autores (cf. Stammerjohann ed. 1996) e uma documentação (bio)bibliográfica [=epi-historiografia] e, principalmente, uma descrição (analítica e sintética) combinada com uma interpretação [...]”. Para tanto, é necessário estabelecer um “campo” do qual fazem parte os seguintes elementos: as estruturas linguísticas/fatos, a reflexão e a descrição linguística, a meta e a epi-historiografia.

O polígrafo autodidata nos tempos da Primeira República

Em 1976, Paulo Duarte denunciava o esquecimento a que se viu relegado Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado, seu amigo pessoal, a quem dedicava uma biografia. Naquele mesmo ano, ele coordenou um projeto levado a cabo pela Editora Hucitec, de São Paulo, no qual parte da obra de Amaral seria reeditada. Assim, vieram a público os seguintes títulos: “Tradições populares”, “O Dialeto Caipira”, “Poesias Completas”, “Novela e Conto”, “Política Humana”, “Letras Floridas”, “Memorial de um Passageiro de Bonde”, “O Elogio da Mediocridade”, “Ensaio e Conferências”, “Crônicas” e, por fim, “Correspondências”. Pelo sortimento de temas, pode-se considerar Amadeu Amaral, sem risco de engano, um polígrafo levado por seu autodidatismo a percorrer diversos caminhos.

Como jornalista, sua estreia deu-se em 1892, aos dezessete anos, no “Correio Paulistano”. A partir daí, passou por inúmeros jornais até chegar ao “Estado de São Paulo”, no qual permaneceu praticamente até sua morte. Sua profissão foi, em grande medida, essencial para colocá-lo em contato com inúmeros intelectuais de sua época, em uma cidade que se transformava vertiginosamente.

No último quartel do Oitocentos e nas duas primeiras décadas do Novecentos, houve uma ampliação do espaço preenchido pela cultura na cidade de São Paulo, tornando-se menos restrita e contemplando novas associações. “Nesses novos espaços da vida urbana, de inúmeras e complexas maneiras, a escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade” (CRUZ, 2013, p. 47)

Sobre “a escrita e principalmente a palavra impressa” destaca-se que Amadeu Amaral participou dessa realidade, e aqui sua contribuição excede ao que lhe competia como jornalista. A profusão de revistas dedicadas aos mais variados temas era uma realidade na capital paulista e, nos dizeres de Cruz (2013, pp.59-61): “[...] esses periódicos [...] representam a grande novidade da imprensa paulistana [...] Grupos tradicionais da cidade letrada [...] encontram nesse tipo de publicação um espaço livre dos controles e compromissos assumidos por proprietários e editores da imprensa diária”.

Assim, Amaral também se tornou articulista em algumas publicações, entre elas: “O Queixoso”, formado por dissidentes do “Estadinho” e voltado a uma produção satírico-

humorística; e a “Revista do Brasil”, cujo objetivo era, tal qual se lê no primeiro volume: “o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista” (REVISTA DO BRASIL, 1916, p.2). Vale destacar que o autor foi um de seus fundadores e, anos mais tarde, diretor, a pedido de Monteiro Lobato (Cf. DUARTE, 1976).

O nacionalismo impresso nas páginas da Revista do Brasil era um traço marcante da sociedade brasileira da época, oriundo de um movimento que passou a se delinear a partir da Independência. No tempo em que viveu Amadeu Amaral, ainda eram vivos os ideais da conhecida “geração de 1870”, cuja tônica era, segundo Velloso (2008, p. 356), “buscar a compreensão da identidade múltipla da nacionalidade. Nos cantos, contos, poesias e danças, o brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço”. Partindo desse pressuposto, fica clara a razão de os estudos folclóricos terem começado a se desenvolver no fim do século XIX, sob a chancela de Sílvio Romero, que iniciou a coleta sistematizada de canções e narrativas de todo o país.

A necessidade de busca por uma identidade refletiu-se não somente no campo dos estudos folclóricos. Além dele, a literatura também se tornou um importante veículo desse desejo de estabelecimento de uma “brasilidade”. Mais do que isso, ela passou a recolher e a ressignificar as manifestações populares, seguindo os passos dos “intelectuais mosqueteiros”. De acordo com Brandão (1977, p. 18),

[...] uma literatura relativamente abundante, em prosa e verso, recolhia e fixava vários aspectos da literatura oral, na Corte e nas províncias, na cidade e no campo, reelaborando literariamente, lendas e canções populares, histórias, “causos”, narrativas, mitos, anedotas, tradições, provérbios, linguajares; descrevendo usos, costumes, festas, vivências, brincadeiras, cantigas, danças e modas; romances, folguedos, trajes, comidas e bebidas, etc. da gente “rústica” ou “inculta”; do sertanejo, do caipira, do homem do campo.

Da fala desse autor destaca-se menção ao caipira, bem como os adjetivos “rústica” e “inculta” utilizados para demonstrar o tratamento dado, muitas vezes, às figuras do campo. Desse modo, apesar de relevantes, as produções do entresséculos XIX-XX ainda eram repletas de estereótipos e juízos de valor. Em outras palavras, era corrente a “[...] ideia da segmentação entre o superior (europeu) e inferior (Brasil), sendo reservado a cada uma das etnias o seu respectivo espaço” (VELLOSO, 2008, p.356).

A noção de superioridade calcada em uma visão eurocêntrica ultrapassava o ambiente erudito e, não raramente, originava polêmicas que atraíam um público mais diversificado. Em 1914, por exemplo, o caipira foi alvo de duras críticas de Monteiro Lobato, no texto denominado “Uma Velha Praga”, publicado no “Estado de São Paulo” em 12 de novembro. Na

carta escrita ao jornal, ele assim vituperava: “Este funesto parasita é o ‘caboclo’ especie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização mas que vive à beira della, na sua penumbra” (LOBATO, 1914a, p.3) e concluía: “[...] O caboclo é uma quantidade negativa [...]” (LOBATO, 1914a, p. 3).

No mesmo ano, Lobato publica o conto Urupês. Nele, o autor se manifesta contra o fato de o caboclo ter se tornado motivo de orgulho. Em suas palavras: “Hoje ha perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é o menino Jesus nacional” (LOBATO, 1914b, p. 6). Na sequência, o caipira é mais uma vez criticado e, além disso, personificado na figura do “Jeca”. Na perspectiva lobatiana, ele era o retrato de um homem indolente, incapaz de lutar pelo progresso e conformado com as adversidades (Cf. LOBATO, 1914b, p.6).

O resultado desses textos, conforme afirma Oliveira (1990, p. 146), foi a instauração de uma discussão com o objetivo de “[...] saber se o Jeca era preguiçoso, atrasado, incapaz e indolente porque era assim, ou se estava assim devido às suas condições de saúde [...]”. Ainda segundo a autora, o debate marcou a segunda metade dos anos de 1910. Como se vê, a questão do caipira, típico habitante do interior de São Paulo, passou a ter destaque na sociedade, mobilizando a reflexão do público em geral, e não apenas dos estudiosos.

O “Dialecto Caipira” *in statu nascendi*

Nesse clima de polêmicas e de questões nacionalistas, continuava a se mover o espírito de Amadeu Amaral. Segundo Duarte (1976, p. 39), o interesse do autor pelo folclore começou justamente em 1916, ou seja, depois do debate instaurado acerca da figura do caipira. À época, ele passou a adquirir obras de autores como Sebillot⁵, cruciais para sua instrução como estudioso do folclore. A sua estreia nessa seara é justamente o embrião de “O Dialecto Caipira”, publicado em artigo homônimo no número 9 da Revista do Brasil. O texto traz aquilo que seria, quatro anos mais tarde, a introdução e o primeiro capítulo da obra, no qual trata da fonética. No número 10 do mesmo ano, publica-se “A Formação do Vocabulário”, que na obra completa recebeu o nome de Lexicologia (Cf. DUARTE, 1976).

Dessas publicações prévias, analisou-se a primeira e constatou-se haver pouca diferença entre o artigo e o texto de 1920. Em linhas gerais, no texto de 1916, Amaral ainda não havia inserido a parte concernente ao método de pesquisa. Além disso, o primeiro tópico aparece

⁵ Paul Sebillot, folclorista, pintor e escritor francês.

como “Alterações Phoneticas”, no artigo, e como “Fonética”, no livro. Houve também uma mudança na numeração das alterações fonéticas, porém o conteúdo permaneceu o mesmo.

Embora o autor ainda não tivesse tratado explicitamente do método, já é visível a sua preocupação nesse sentido, tal como se observa no trecho abaixo:

Seria de desejar que muitos observadores imparciaes, pacientes e methodicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estrictamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hypothetico, incerto, não verificado pessoalmente. Teriamos assim um grande numero de pequenas contribuições, restrictas em volume e em pretensão, mas que na sua simplicidade modesta, escorreita e seria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando se nos deparam, repositorios incongruentes de factos escolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quasi sempre apressadas (AMARAL, 1916, p. 24).

Ao mencionar as incongruências e as generalizações, nota-se a critica aos trabalhos até então produzidos, uma vez que muitos deles deixavam-se levar por hipóteses, incertezas e careciam de observação *in loco*. Contudo, nem mesmo Amadeu Amaral podia assumir efetivamente o papel de “pesquisador de campo”. Apesar de ele próprio ser do interior – o que pressupõe que mantivesse algum contato com a região pesquisada – a sua posição de jornalista da capital paulistana não lhe permitia os deslocamentos necessários a um estudo mais aprofundado desses aspectos culturais. Ainda assim, era possível vê-lo em viagens ao interior destinadas a esse fim, embora não tão frequentes (Cf. DUARTE, 1976).

De todo modo, o seu cuidado com a recolha do material manteve-se nos anos subsequentes, nos quais ele continua a coletar elementos para sua pesquisa. Prova disso é o que diz Duarte (1976, p. 33-34):

[Em 1918] Pois nessa época Amadeu redigiu uma pequena circular que foi remetida a todos os agentes de *O Estado de São Paulo* espalhados pelo Brasil, solicitando o envio de quadrinhas e mais elementos não só da poesia popular mas também de tudo quanto se referisse aos usos e costumes do povo

Na referida circular, Amaral dava algumas diretrizes acerca do modo como os colaboradores deveriam fazer a coleta dos dados (DUARTE, 1976). Nelas, é visível a preocupação já esboçada em 1916: fazer um levantamento fidedigno das manifestações populares sem que houvesse modificações nos textos, a ponto de descaracterizá-los:

Pretendo organizar um “Cancioneiro Popular” de São Paulo, a exemplo do que já se tem feito em todos outros países do Brasil e aqui mesmo no Brasil,

em diversos estados. Serei, pois, muito grato a V.S. se me quiser prestar o favor de, com pequeno trabalho, colher, ou fazer colher por pessoa idônea, alguns versos desses que correm no meio do povo, entre adultos ou crianças, sejam em quadras, sejam em qualquer outra disposição.

No caso de V.S. estar disposto a prestar-me este obséquio, rogo-lhe observar as seguintes condições:

a. colher todos versos, por imperfeitos que sejam, indistintamente, visto que os mais imperfeitos e destituídos de sentido podem ter um grande interesse de folclore. b. escrever os versos sem introduzir neles a menor modificação. c. declarar ao pé a localidade onde foram apanhados.

Deixo aqui, desde já, os meus cordiais agradecimentos a V.S. na esperança de renová-los na própria obra que trato de organizar. (in DUARTE, 1976, p. 34)

Como se pode verificar, o interesse de Amadeu Amaral era produzir um “Cancioneiro Popular”, ou seja, não há nenhuma menção explícita a “O Dialeto Caipira”. No entanto, deve-se ponderar que essa solicitação foi enviada em 1918, época em que já haviam sido divulgadas pelo menos duas partes da futura obra. Além disso, é notória a preocupação do autor com o registro dos versos recolhidos “sem introduzir neles a menor modificação”. Considerando-se seu interesse linguístico – divulgado desde 1916 –, tal pedido é coerente com a sua proposta de fazer uma análise fidedigna da fala corrente no interior de São Paulo.

Os estudos linguísticos antes e depois de Amadeu Amaral

Grosso modo, o período que antecede o surgimento de “O Dialeto Caipira” é de grande instabilidade do ponto de vista teórico: de um lado, os que defendiam uma continuidade entre o português brasileiro e o europeu; do outro, os que apregoavam, de certa forma, a identidade da língua falada no Brasil. A partir da década de 80 do Oitocentos, assistiu-se também ao recrudescimento da postura purista – contrariando a atmosfera de “lusofobia” que ainda pairava sobre o país no pós-independência –, e a gramatização⁶ se tornou mais expressiva. Segundo Fávero e Molina (2006), o grande divisor de águas é a publicação da gramática de Júlio Ribeiro, inaugurando o período chamado científico, calcado nas correntes histórico-comparativas.

A divulgação das ideias de estudiosos como Leite de Vasconcelos e Adolfo Coelho trouxe outros temas à baila, entre eles o da dialetação do português. Embora, de acordo com Pinto (1978), esse assunto já tivesse perdido um pouco de força no fim do século XIX, a questão estava longe de ser resolvida. Assim, autora conclui que, apesar dos debates, não foram levadas

⁶ Segundo Auroux (2014, p. 65, grifos do autor), “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

a cabo pesquisas no sentido de mapear o português, o que teria sido de grande valia para o período. Além disso, houve inúmeras interpretações acerca do conceito de dialeto, bem como de outros que com ele concorriam, tais como o de codialeto e subdialeto.

Nesse sentido, a publicação de “O Dialeto Caipira” representou um marco nos estudos linguísticos do Brasil, considerando as discussões acerca do português levantadas no entresséculos XIX-XX. No entanto, quando se trata da relação da obra com a dialetologia, as opiniões divergem substancialmente entre os autores. Para Castilho (2020, p.17), valendo-se dos estudos de Ferreira e Cardoso (1994), o trabalho de Amadeu Amaral inaugura o segundo período dos estudos dialetológicos brasileiros, que se estende até 1952. Já para Pinto (1978, pp. XVIII-XIX), a contribuição do autor dá início a “uma discreta, porém paulatinamente sempre mais decisiva opção pelo enfoque dialetológico, em detrimento do filológico, até então predominante”.

Nota-se que a autora prefere o termo “enfoque dialetológico” a “dialetologia”, não apenas por uma questão de escolha terminológica. Na verdade, trata-se de uma crítica a certas periodizações que ela chama de “impressionistas”. A seu ver, falar em dialetologia nesse período – e mesmo após a publicação de Amaral – não seria muito adequado, pois ainda não estavam claramente definidas as linhas desse campo de pesquisa, o que só viria a acontecer na segunda metade do século XX.

Neste trabalho, não se propõe nenhum tipo de periodização, tampouco se discorre sobre a dialetologia e seus desdobramentos. Entretanto, partilha-se da visão de Pinto (1978) que, embora não associasse a figura de Amadeu Amaral ao surgimento da dialetologia no Brasil, tampouco diminuía o valor da sua contribuição para os estudos linguísticos no Brasil, tanto que a relaciona ao início da fase chamada de “revisão da língua”.

Tradição e inovação no pensamento de Amadeu Amaral

Consideradas as concepções linguísticas vigentes, o autor manteve-se, como homem de seu tempo, fiel a elas em alguns momentos. Em contrapartida, avançou substancialmente em relação ao que já se tinha produzido até então. Por isso, optou-se, no presente estudo, pela realização de uma análise que focalizasse tanto os aspectos tradicionais quanto os inovadores,

a fim de verificar em que medida eles coexistem em “O Dialeto Caipira”. Levando em conta os limites da pesquisa, utilizaram-se apenas a estrutura da obra, bem como a sua introdução⁷.

No que concerne à estrutura, o livro organiza-se em cinco partes: I. Fonética; II. Lexicologia; III. Morfologia; IV. Sintaxe; e V. Vocabulário. Os quatro primeiros itens seguem o modelo das gramáticas tradicionais, e o subtítulo da publicação alude à gramática e ao vocabulário, ou seja, às duas partes que compõem o estudo. Além disso, há uma introdução e, antes dela, uma lista contendo: “autores e obras citados em abreviatura”; “outras abreviaturas”; e “colaboradores”. Nessa parte, podemos depreender não só as orientações teóricas do autor como também parte do *corpus* do qual ele se valeu para exemplificar as ocorrências coletadas em sua pesquisa. Isso era um grande diferencial para a época, pois, segundo Pinto (1977;1978), até meados do século XIX, não era comum haver referências completas a autores e obras.

Entre os autores do âmbito linguístico, destacam-se Adolfo Coelho, Cândido de Figueiredo, Duarte Nunes do Lião, Leite de Vasconcelos e Said Ali. Embora não conste na lista, Júlio Ribeiro também é uma das fontes consultadas. A sua influência pode ser notada, principalmente, na forma como o livro está estruturado, considerando que a divisão é praticamente a mesma adotada por Ribeiro em sua gramática.

Além disso, menciona-se o trabalho de pesquisadores como João Barbosa Rodrigues e Teodoro Sampaio, cuja temática são as línguas indígenas. Também merecem destaque os literatos que constam nas referências, dentre eles: os clássicos Gil Vicente e Camões, os oitocentistas Manuel Antônio de Almeida e Visconde de Taunay, bem como os novecentistas Afrânio Peixoto, Catulo da Paixão Cearense e Monteiro Lobato.

Salienta-se, ainda, que mais da metade das obras citadas situa-se no entresséculos XIX-XX. Do ponto de vista linguístico, isso significa que o estudo se baseava no paradigma filológico vigente, ligado ao método histórico-comparativo. Do ponto de vista etnográfico, a ausência quase total de pesquisas desse teor anteriores ao século XIX demonstra o desenvolvimento desse tipo de trabalho em meados do Oitocentos. Do ponto de vista literário, o seleção de obras oitocentistas – especialmente as do fim do século – e novecentistas – até 1920 –, usadas para exemplificar alguns fenômenos do dialeto caipira, revela que a literatura da época, tal como já se mencionou, passou a se ocupar do registro das manifestações populares.

Com relação à introdução, ela apresenta, de modo geral, as linhas-mestras que ordenavam o pensamento de Amadeu Amaral. Nela, o primeiro ponto a ser destacado é a

⁷ As demais partes da obra serão oportunamente apresentadas em artigos futuros, como sequência deste estudo inicial.

contextualização feita pelo autor sobre o seu objeto de estudo. Logo no início do texto, situa-se historicamente o dialeto, corrente na “antiga província de S. Paulo” (AMARAL, 1920, p.11) até meados do século XIX. Naquela época, segundo o autor, “o falar *caipira* [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia sua influência à própria minoria culta”; além disso, “o *caipirismo* não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana” (AMARAL, 1920, p.12). Em seguida, faz-se um balanço acerca da sobrevivência do dialeto, transcrita a seguir:

A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência diária dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos factores da nossa diferenciação dialectal. Os genuinos *caipiras*, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida colectiva [...] A instrução, limitadíssima, tomou extraordinário incremento. Era impossível que o dialecto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social” (AMARAL, p.12)

Desse trecho, ressaltam-se, a princípio, os termos usados para caracterizar a figura do caipira: “roceiros ignorantes e atrasados”. Nesse sentido, a postura de Amaral pouco difere da dos demais pesquisadores do folclore nacional, no que tange aos juízos de valor emitidos, como bem assinala Velloso (2008). Além disso, merece destaque a referência à questão social como fator determinante para a modificação do dialeto. Aqui se nota uma provável influência dos estudos de Whitney, um pesquisador que introduziu uma interpretação mais social dos fatos da língua, até então pouco apreciada pelos filólogos.

Em um primeiro momento, poderia se pensar que Amadeu Amaral tivesse chegado à teoria desse estudioso via Júlio Ribeiro que, segundo Pinto (1977), teria se valido, em certa medida, dos postulados do estudioso norte-americano. No entanto, deve-se ressaltar que, em “O Dialeto Caipira”, há clara referência à obra “A língua portuguesa”, de Adolpho Coelho. Nela, o glotólogo português também tangenciava a questão social, igualmente influenciado pelas ideias de Whitney, como se pode ver na bibliografia. Em suas palavras, “As condições sociaes, as conquistas, a existencia ou não existencia de uma litteratura, as relações dos povos e todos os factos da mesma natureza são os que exercem maior influencia na história das línguas” (COELHO, 1881, p.11).

Além disso, Coelho faz considerações relevantes sobre o estudo do vocabulário de determinada língua, destacando ser este o aspecto no qual “mais claramente se fazem sentir todas as influencias exteriores que reagem sobre ella. Os costumes, as crenças, o gráo de cultura, as relações commerciaes, as vicissitudes do domínio sobre outro povo ou de submissão a outro

povo, enfim a vida d'um povo revela-se no seu vocabulário” (COELHO, 1881, p. 12). Talvez por essa razão, Amaral tivesse optado por elaborar um vocabulário, minuciosamente explicado e que, inclusive, perfaz a maior parte da obra.

Na sequência, delimitam-se as áreas em que o dialeto caipira sobrevivia até aquele momento. Embora não se mencionem os locais com exatidão, depreende-se que, na visão do autor, o dialeto era falado em pontos isolados “[...]em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas influenciadas pela antiga educação” (AMARAL, 1920, p.13). Além disso, cita-se o “Oeste”, declarando a quase total ausência de caipiras na região. No entanto, considerando que ela compreendia o que atualmente conhecemos como o Centro-Oeste Paulista, talvez fosse uma generalização, pois a pesquisa se concentrou sobretudo nas cidades de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Socorro e São Carlos (Cf. DUARTE, 1976), ou seja, mais próximas à capital, no atual “interior metropolitano”.

De todo modo, a delimitação era uma novidade para os estudos da época que, conforme já denunciava o próprio Amadeu Amaral, muitas vezes eram generalistas e careciam de uma especificação. Nesse mesmo sentido, ele também caracteriza os falantes do dialeto caipira, tanto do ponto de vista etário quanto do grau de instrução: “A instrução e a educação [...] vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos”. (AMARAL, 1920, p.13).

Mais adiante, há uma observação sobre o afluxo de imigrantes ao estado de São Paulo, uma realidade que se configurou em meados do Oitocentos, principalmente após a abolição da escravidão. Acerca do contato linguístico entre os povos que aqui chegaram, o autor faz a seguinte predição:

[...] a população estrangeira, muito numerosa, vai infiltrando as suas influências, por enquanto pouco sensíveis, mas que por força se farão notar mais ou menos remotamente. Os filhos dos italianos, dos sírios e dos turcos aparentemente se adaptam com muita facilidade à fonética paulista, mas na verdade trazem-lhe modificações fisiológicas imperceptíveis, que se irão aos poucos revelando em fenômenos diversos dos que até aqui se notavam (AMARAL, 1920, p. 14)

Aqui há um valioso depoimento – certamente o primeiro – sobre a fala paulista do início do Novecentos. Por meio dele, pode-se concluir que, já na segunda década do século XX, as influências dos falares dos imigrantes eram notadas, mesmo que discretamente. Além do mais, merece destaque o vaticínio de Amaral sobre essa influência estrangeira: no futuro, ela revelaria

“fenômenos diversos” dos notados até aquele momento. Mais uma vez, percebe-se a influência dos estudos de Adolfo Coelho, legatários, como já se disse, dos postulados de Whitney, que considerava as influências externas – sobretudo as sociais – nos processos de mudança das línguas.

Ao mencionar a “fonética paulista”, fica evidente que o autor reconhecia a existência de outros falares, ligados a questões geográficas. Sobre isso, Pinto (1978) assinala que, entre os estudiosos da época, era ponto pacífico o reconhecimento de diferenças entre a fala brasileira e a portuguesa. Nesse aspecto, Amadeu Amaral mantém o mesmo ponto de vista de seus contemporâneos, tal como lemos no excerto a seguir:

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior dêste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialectal – o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro (AMARAL, 2020, pp.14-15)

Ainda na introdução, estabelece – se o objetivo da pesquisa, algo que também não era comum nas obras da época. Nos dizeres do autor,

O que pretendemos neste despretençioso trabalho (de que pedimos excusa aos competentes) é – *caracterizar esse dialecto ‘caipira’* [...] Não levaremos, por isso, em conta todos os *paulistismos* que se nos têm deparado, mas *apenas aquêles que se filiam nessa velha corrente popular* (AMARAL, 1920, p. 14, grifos do autor)

Ao mesmo tempo que apresenta o escopo de seu trabalho, Amaral, mais uma vez, delimita o seu objeto de estudo, caracterizado em outros momentos, sob outras perspectivas. Quando menciona que ficarão de fora os “paulistismos”, ele reafirma a precisão de seu trabalho. Esse recorte, aliado ao estabelecimento de um propósito claro, livrava Amadeu Amaral – ao menos em tese – de cometer os mesmos erros e generalizações de muitos de seus coetâneos, fato já criticado por ele desde 1916.

Nessa parte também se deve mencionar o conceito de dialeto adotado na obra. De saída, e para evitar conclusões precipitadas, pondera-se que, segundo Duarte (1976), Amadeu Amaral não defendia a existência de uma “língua brasileira”, ao menos não no momento em que teria escrito o Dialeto Caipira. Como já apontado anteriormente, ele considera a existência de diferentes falares, dentre os quais aquele que é o objeto de sua atenção. Mais especificamente,

Fala-se muito num “dialecto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialectação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões [...] Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialecto brasileiro, ou dos dialectos [sic] brasileiros, quantos e quais os subdialectos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um (AMARAL, 1920, p. 15)

Pinto (1978) comenta que, ao longo do século XIX, o conceito de dialeto teve diversas interpretações, algumas delas equivocadas. No entanto, esse não era o caso de Amaral. No trecho anterior, ele demonstra compreender claramente o conceito, e seu pensamento estava alinhado ao de Leite de Vasconcelos:

[...] De *Leite de Vasconcelos* – fato visível, através da nomenclatura adotada por *Amadeu Amaral* – é a concepção da língua do Brasil como *dialeto* e sua subdivisão em *subdialetos*, assim como a alusão a variantes linguísticas de ordem social – estas, porém, não pesquisadas –, pois, seguindo seu modelo teórico, *Amadeu Amaral* empreende apenas trabalho de ordem diatópica, de caráter geográfico-histórico-glotalógico, exatamente a linha assumida por *Leite de Vasconcelos* em sua *Esquisse*⁸

Vale a pena ressaltar que o filólogo lusitano considerava o português brasileiro um “dialeto ultramarino”. Além disso aceitava a existência de “subdialetos” cujo estudo aconselhava aos pesquisadores da época (PINTO, 1978, p. XLVII). Conclui-se, portanto, que, embora Amadeu Amaral siga a doutrina de Leite de Vasconcelos e igualmente se refira a subdialetos, o autor brasileiro, como muitos de sua época, emprega o termo “dialeto” tanto para o português do Brasil quanto para a variante regional, que poderia ser chamada também de “subdialeto”. Partindo dessa lógica, o caipira seria um “subdialeto” do português brasileiro, e não um dialeto. Entretanto, isso não era um erro, mas sim uma visão comum à época, até porque, como já foi dito, as definições de dialeto não eram muito claras:

Note-se, porém, que esta última designação [dialeto] tanto se aplicava, de maneira geral, ao português do Brasil, quanto a uma de suas variedades regionais, como a do Nordeste; ou ainda a uma subvariedade local, como o *caipira*; correlatamente, a expressão *subdialeto* ora designava (por parte dos que chamavam *dialeto* à língua geral do Brasil) uma das variedades regionais, ora uma de suas subdivisões, como a da Ribeira, em relação ao caipira (PINTO, 1981, p.XIII).

⁸ *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, tese de doutorado defendida por Leite de Vasconcelos na França, publicada em 1901.

Ao tratar do dialeto, Amaral também aconselha – tal como o fizera Leite de Vasconcelos em sua *Esquisse* – o estudo das variantes regionais. Ele mesmo, por meio de sua pesquisa, inicia essa empreitada, mostrando-se consciente das dificuldades, tanto pela escassez de pesquisas desse teor quanto pela sua falta de formação na área:

E' claro que não é esta uma tarefa simples, para ser levada a cabo com êxito por uma só pessoa, muito menos por um hóspede em glotologia. Mas é bom que se comece, e dar-nos hemos por satisfeito, se tivermos conseguido fixar duas ou três ideias e duas ou tres observações aproveitáveis, neste assunto, por enquanto, quasi virgem de vistas de conjunto, sob critérios objetivos (AMARAL, 1920, p. 14)

. Com relação aos possíveis erros, de antemão admitidos, o autor faz menção a sua pouca experiência nos assuntos linguísticos. Anteriormente, como já se demonstrou, ele pede desculpas aos “competentes”. Agora, define-se como “hóspede em glotologia”. Apesar de sua falta de formação linguística, é notório o seu conhecimento sobre a terminologia corrente. E aqui, outra vez, percebe-se a possível influência de Adolfo Coelho sobre o seu pensamento, pois o termo glotologia é constante na obra do autor lusitano, considerado o grande divulgador dessa vertente em Portugal.

Ao considerar o assunto “quase virgem”, fica clara a incipiência nos estudos dessa natureza no Brasil, bem como a falta de método nos trabalhos já existentes. Embora, nesse trecho, ainda não esteja explícito o seu real interesse, ao dizer “é bom que se comece”, Amadeu Amaral tem em mente um projeto mais amplo, tal como se pode comprovar a seguir:

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e por êle a discriminação dos fenómenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fracção territorial [...]

Seremos imensamente grato às pessoas que se dignarem de nos auxiliar, de acôrdo com as ideias que aí ficam esboçadas, no aumento e no aperfeiçoamento desta modesta tentativa (AMARAL, 1920, p. 15)

No excerto, evidencia-se o propósito do autor: o de estabelecer um estudo mais amplo sobre os diferentes falares do Brasil, e não somente do caipira, do qual trata na obra. Duarte confirma essa afirmação quando diz ter recebido, em 1921, alguns manuscritos de Amaral e que, nessa época, pôde constatar que

[...] tinha ele a intenção de publicar uma série dividida em três partes com a denominação geral de *Estudos Brasileiros*. A primeira seria o *Cancioneiro*

[...] A segunda fora uma extensão do *Dialeto*, com a *Geografia do Dialeto Brasileiro; Várias Etimologias; Língua de Preto e Brasileirismos Literários*. Finalmente a terceira série seria este mesmo *Dialeto Caipira*, então com esta primeira designação: *A língua sob o Ponto de Vista Nacional*.

A fala do biógrafo é de grande relevância, pois comprova o intento de Amaral. Na realidade, tratava-se de um projeto de *Estudos Brasileiros*, dedicado em grande parte às questões linguísticas. Vale a pena ressaltar que, na primeira edição, aparece, acima do título da obra, a expressão “Estudos Brasileiros”. Isso demonstra que, de certo modo, o autor já estava colocando em prática o seu projeto. Outro aspecto digno de nota é o título inicialmente pensado para a obra: “A língua sob o Ponto de Vista Nacional”. Comparado ao título oficial, este é muito mais generalista e, talvez por isso, o autor tenha optado por alterá-lo na ocasião da publicação.

Se Amadeu Amaral tinha em mente um projeto mais amplo, obviamente também era sua intenção melhorar a primeira edição do *Dialeto*, fato que se comprova no fim do trecho anteriormente transcrito. Além disso, em 1924, de acordo com Leite (1945), já era anunciada uma segunda edição do livro, quando do lançamento de “O elogio da mediocridade”. Conforme constava no anúncio, a obra seria relançada “para breve”, e talvez Amaral ainda estivesse trabalhando nessa reedição quando faleceu, em 1929.

A parte final da introdução – que não constava no artigo de 1916, como já dito – traz uma série de recomendações, chamadas de “normas”. Elas deveriam ser seguidas por aqueles que se propusessem a auxiliar o autor na recolha de material:

- a) não recolher termos e locuções apenas *referidos* por outrem, mas só os que forem pessoalmente apanhados em uso, na boca de indivíduos desprevenidos;
- b) indicar, sempre que for possível, se se trata de dicção pouco usada ou freqüente, e se geralmente empregada ou apenas corrente em determinado grupo social;
- c) grafá-la sempre tal qual fôr ouvida. Por exemplo: se ouvirem pronunciar *capuêra*, escrever *capuêra* e não *capoeira*. Isto é essencial, e há muitas colecções de vocábulos que, por não terem obedecido a este preceito quase nenhum serviço prestam aos estudiosos [...]
- d) se houver diferentes modos de pronunciar o mesmo vocábulo, reproduzi-los todos com a mesma fidelidade;
- e) sempre que possa dar-se má interpretação à grafia adoptada, explicar cumpridamente os pontos duvidosos;
- d)⁹ ter especial cuidado em anotar os sons peculiares à fonética regional (como o som de *r* em *arara*, ou o som de *g* em *gente*); declarar como devem ser pronunciadas tais letras, no caso de que o devam ser sempre da mesma maneira, e adoptar um sinal para distinguir uma pronúncia de outra, no caso de haver mais de uma [...] (AMARAL, 1920, pp.15-16)

⁹ Na primeira edição, houve um erro na marcação dos itens, mantido nesta transcrição.

Comparadas à circular enviada em 1918, elas obviamente foram ampliadas e detalhadas. Com isso, mais uma vez, Amadeu Amaral demonstra – embora instintivamente, como atestam Duarte (1976) e Pinto (1977) – uma precisão científica pouco vista até aquele momento, sobretudo se considerarmos o seu autodidatismo. Nas palavras de Pinto (1977, p.13),

Amadeu Amaral intuiu normas que em grande parte coincidiam com as que aqueles autores [os fundadores da Dialectologia e da Geografia Linguística] haviam formulado, as quais, com pouca diferença, vigem até hoje para a preservação da legitimidade de inquéritos linguísticos.

A obra, como um todo, teria grande aceitação entre os acadêmicos. Prova disso é que, em 1921, Antenor Nascentes faz, no jornal “O Estado de São Paulo”, uma recensão detalhada do trabalho de Amaral, destacando a necessidade de haver outras pesquisas naquele mesmo formato, a fim de que se pudesse ter uma “noção precisa da variante brasileira”. Para tanto, “cada autor não precisava mais do que seguir o plano da obra do illustre academico paulista, executando-o com a probidade scientifica de que elle dá mostras nas páginas 15 e 16” (NASCENTES, 1921, p.8).

A menção do filólogo concerne justamente às orientações dadas por Amaral, o que comprova a validação de seu método por parte dos especialistas. Além disso, o próprio Nascentes, dois anos mais tarde, viria a publicar “O linguajar carioca”, respondendo, de certa forma, ao apelo de Amadeu Amaral. Na sequência, outras obras surgiram, tais como a de Mário Marroquim – “A língua do Nordeste” (1934) – e as de José Aparecido Teixeira – “O falar mineiro” (1938) e “A linguagem de Goiás” (1944), comprovando a nova fase de estudos iniciada pelo autor de “O Dialeto Caipira”.

Considerações Finais

O entresséculos XIX-XX foi um período seminal para os estudos linguísticos do Brasil. Apesar das divergências entre os estudiosos, as discussões levantadas, muitas vezes motivadas por sentimentos nacionalistas, trouxeram à tona a questão do português brasileiro. Aliás, o próprio nacionalismo motivou a busca pelas origens, e a cultura popular passou a ser alvo de pesquisas, embora ainda carecessem de método. Tanto nesses trabalhos quanto na literatura, passou-se a registrar a língua falada por determinados tipos sociais ali retratados.

Contudo, até 1920, pouco se tinha estudado sobre esses diferentes falares, e o paradigma histórico-comparativo vigorava, ao lado do purismo, que recrudescera sobretudo em meados do Oitocentos. O início de uma nova fase nos estudos linguísticos é justamente a publicação de “O Dialeto Caipira”, de Amadeu Amaral. Por ser pioneira, a obra apresenta traços considerados inovadores, de grande relevância não só para os estudos da época como também para os que viriam depois dela. Apesar disso, considerando o clima de opinião vigente e algumas concepções que orientaram o trabalho, também é possível encontrar traços comuns à época – aqui chamados de tradicionais –, que nortearam Amaral em sua empreitada.

Assim, a análise empreendida demonstrou que, embora ambos os aspectos coexistam na obra, a inovação, indiscutivelmente, se sobrepõe à tradição. Por um lado, Amadeu Amaral mantém-se fiel às ideias linguísticas de seu tempo, valendo-se, sobretudo dos conceitos de Adolfo Coelho e de Leite de Vasconcelos. Do mesmo modo, ele não deixa de emitir, em certos momentos, alguns juízos de valor sobre a figura do caipira, e nisso também se assemelha a seus coetâneos.

Por outro lado, o autor inova em muitos pontos. Em primeiro lugar, por seu pioneirismo ao estudar o dialeto falado no interior de São Paulo. Em segundo lugar, por ser um dos poucos, até aquele momento, não só a delimitar precisamente o seu objeto de estudo, como também a contextualizá-lo espaço-temporalmente. Além disso, Amadeu Amaral foi o primeiro de sua geração a estabelecer, embora instintivamente, um método de pesquisa. Isso fez com que a sua obra se tornasse uma espécie de modelo para as pesquisas posteriores, que seguiram, em grande medida, os passos de “O Dialeto Caipira” e inauguraram uma nova fase de estudos com enfoque dialetológico no Brasil.

Referências

AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2020.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1992].

BRANDÃO, Adelino. *Amadeu Amaral e o folclore brasileiro*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

CASTILHO, Ataliba. Amadeu Amaral e a dialetologia no Brasil. In AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2020.

COELHO, Adolpho. *A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa*. 1.ed. Porto: Magalhães e Moniz editores, 1881.

DUARTE, Paulo. *Amadeu Amaral*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A.G. *As concepções linguísticas no século XIX: a Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

KOERNER, Konrad. Historiografia Linguística [1994]. In KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Braga: Centro de Estudos em Letras/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem na historiografia linguística [1995] In KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Braga: Centro de Estudos em Letras/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LEITE, Manoel Cerqueira. *Amadeu Amaral*. São Paulo: Editora Assunção, 1945.

LOBATO, Monteiro. Uma velha praga. *O Estado de São Paulo*, 12/11/1914.

LOBATO, Monteiro. Urupês. *O Estado de São Paulo*, 23/12/1914.

NASCENTES, Antenor. O dialecto caipira. *O Estado de São Paulo*, 21/03/1921.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PINTO, Edith Pimentel. Fontes e afluentes de Amadeu Amaral. *O Estado de São Paulo*, 25/12/1977.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920*, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1978.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 2 – 1920/1940*, fontes para a teoria e a história. São Paulo: EDUSP, 1981.

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. *Revista Eutomia* - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010.

SWIGGERS, Pierre. La Historiografía Lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista argentina de historiografía lingüística*, I, 1, 67-76, 2009.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 351-386.

TRADICIÓN E INNOVACIÓN EN “O DIALETO CAIPIRA”, DE AMADEU AMARAL

La publicación de “O Dialeto Caipira” representa el inicio de una nueva etapa en los estudios lingüísticos en Brasil, hasta entonces marcadamente filológicos. Desde 1920, han surgido las investigaciones dialectológicas, en gran parte originarias del trabajo de Amadeu Amaral. Por eso, este artículo tiene, como objetivo, presentar una reflexión sobre los rasgos tradicionales e innovadores de la obra. Así, fueron considerados los principios de la Historiografía Lingüística, principalmente los postulados de Koerner (2014 [1994; 1995]), Swiggers (2009; 2010) y Palma (2013). Con relación al contenido meta y epi-historiográfico, fueron utilizados los estudios de Duarte (1976); Pinto (1978; 1981); Fávero y Molina (2006); y Castilho (2020). El análisis se centró específicamente en la estructura del trabajo, así como en su introducción. Los resultados muestran que, aunque existen características tradicionales en la obra, predominan las innovadoras, lo que la convierte en pionera en los estudios realizados hasta ese momento.

Palabras clave: Historiografía Lingüística. Amadeu Amaral. O Dialeto Caipira.

setembro/2020

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267